

#RedForEd: A revolta dos “educadores” norte-americanos

Artigo de Gonçalo Pessa.

«Na Virgínia Ocidental, em Oklahoma, Kentucky e Arizona, os professores em resistência desferem o mais profundo golpe nos *status quo* norte americano.» Foi assim que há um ano o cientista político Corey Robin definiu, em [entrevista](#) ao Democracy Now, o início da onda de greves mais importante nos EUA nos últimos 40 anos. Desde então, as greves e protestos têm-se espalhado por todo o país, com mobilizações fortes em Los Angeles, Colorado, Geórgia, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Virgínia, Tennessee e Oregon. Esta mobilização de “educadores”, orgânica em grande parte, mas com organizadores que participaram na campanha de Bernie Sanders de 2016 ou que militam nos Democratic Socialists of America, recolocou o trabalho e a política de massas no centro da mobilização social nos EUA.

Curiosamente, a onda de greves começou em Estados dominados pelo Partido Republicano e que votaram maioritariamente em Donald Trump em 2016, como a Virgínia Ocidental ou o Arizona. Nestes Estados, como em quase todos os EUA, os direitos do trabalho estão de tal maneira comprimidos que as greves de funcionários públicos são proibidas. Ao optarem por greves ilegais, os “educadores” grevistas correm o risco de sofrer o mesmo destino dos mais de 11 mil controladores aéreos despedidos e banidos da função pública por Ronald Reagan após a greve de 1981. No entanto, as taxas de participação têm sido tão elevadas que, se estes “educadores” fossem responsabilizados e despedidos, as escolas teriam de fechar portas por falta de pessoal. Se há uma coisa que fica clara, como sugere Eric Blanc, ex-professor do secundário, é que quando a luta é de massas a relação de forças sobrepõe-se à legalidade.

Nessa relação de forças, a posição do trabalho está há muito tempo debilitada, como o prova a trágica situação material dos professores. Sendo os [segundos mais mal pagos da OCDE](#), é frequente terem de acumular vários empregos para conseguirem sobreviver. Em *Red State Revolt*, Eric Blanc descreve a rotina de um

professor do Oklahoma: «Durante o dia, Mickey Miller dá aulas no Booker T. Washington High School, em Tulsa. Depois do horário de aulas, trabalha até às 19h30 no aeroporto, fazendo o embarque e desembarque de bagagens para a companhia aérea Delta. De seguida, trabalha ainda como treinador de crianças no Tulsa Soccer Club». É por isso natural que uma das reivindicações destes movimentos de “educadores” seja o aumento dos salários.

No entanto, um dos eixos da estratégia deste movimento de “educadores” tem passado pela disputa da aprovação da sua luta pelas comunidades em que se inserem. E, por isso, não só de questões materiais se tem feito a agenda reivindicativa. Como uma professora da Oakland Technical High School relata ao [The Guardian](#), «As nossas condições de trabalho são as condições de aprendizagem dos estudantes. Nós estamos a dar o nosso melhor com condições impossíveis, e isso nem é bom para os nossos estudantes nem é bom para a nossa dignidade». De facto, com o objetivo de alargar ao máximo a base de apoio das greves e protestos, não são as questões salariais que ocupam o centro da agenda dos professores, mas antes o aumento do financiamento das escolas públicas, a redução do número de alunos por turma, o combate à disseminação das *charter schools* (o equivalente em Portugal aos contratos de associação) ou a valorização da profissão, do sistema público de ensino e do futuro dos alunos. «Em luta pela educação dos nossos estudantes e pelo respeito da profissão» podia ser lido numa pancarta numa das concentrações. Colocar a defesa da escola pública e o interesse dos estudantes no centro do discurso reivindicativo, por mais ou menos retórico que seja, permitiu ao movimento ganhar o apoio da opinião pública e das comunidades da classe trabalhadora em que se inserem as escolas.

Outro fator que tem permitido ganhar o apoio das comunidades, assim o foi em particular no Arizona e na Virgínia Ocidental, tem sido o envolvimento dos “educadores” na [organização de bancos alimentares](#) para alunos em situação de insegurança alimentar. Como a distribuição de refeições gratuitas pelas escolas é interrompida durante as greves, o apoio dos “educadores” na constituição destes bancos tem sido fundamental para manter a provisão destas refeições. Desta forma, fazendo da defesa da escola pública e dos interesses dos estudantes o centro da sua agenda e garantindo que os alunos de famílias mais pobres não deixam de ter acesso a refeições gratuitas, o movimento de tem conseguido neutralizar os ataques que à direita acusam a greve de prejudicar os alunos. O apoio da comunidade foi de tal forma ganho, que tem sido comum nas várias

manifestações de “educadores” ver também pais e alunos.

Um segundo eixo estratégico do movimento tem passado pelo alargamento da greve para além dos professores. A grande maioria das greves têm sido de “educadores” e não só de professores, porque incluem todos os funcionários e funcionárias das escolas, auxiliares operacionais e administrativos, cozinheiros, condutores dos autocarros escolares e por aí fora. E essa grande coligação pela escola pública foi fundamental nas várias vitórias que o movimento conseguiu até agora, como fica claro pelas palavras de Emily Comer, do movimento de Virgínia Ocidental: «Há um equívoco comum que atribui a nossa vitória ao apoio que obtivemos das direções das escolas. Mas, de facto, nós só conseguimos vencer porque conseguimos fechar as escolas. E só o conseguimos porque estava toda a gente a bordo: seguranças, cozinheiros, condutores e auxiliares. A escola não funciona sem eles»[1].

Ao longo deste último ano e meio, a luta dos “educadores” tem obtido vitórias muito expressivas. Nos vários Estados onde já houve mobilizações, conquistaram-se aumentos salariais e mais investimento na escola pública. Estas vitórias têm motivado o crescimento em catadupa de greves. Mas não só de cedências das autoridades centrais se têm feito essas vitórias. A experiência da militância e da construção de movimento com pensamento estratégico formou consciência de classe e organização de base. Essa vitória não é de somenos: grandes greves que vencem aumentam as expectativas da classe trabalhadora e expandem o movimento organizado de massas. Esse é o caminho para a construção de uma esquerda que mobiliza e disputa o poder.

Na última década, provavelmente desde o movimento Occupy Wall Street, mas a ritmo mais acelerado desde a campanha de Bernie Sander em 2016, a militância em torno de um projeto socialista de sociedade tem crescido muito nos EUA. As eleições de várias congressistas de esquerda socialista, nomeadamente de Alexandria Ocasio-Cortez, mas também de Rashida Tlaib e de Ilhan Omar para a Câmara dos Representantes, ou de Júlia Salazar para o Senado de Nova Iorque, deram uma expressão importante de disputa institucional ao crescimento dessa militância. Foram, aliás, particularmente importantes porque as campanhas que estiveram na origem dessas eleições foram bem aproveitadas para o desenvolvimento de organização de base, como foi o caso do crescimento meteórico dos Democratic Socialists of America nesse período. Mas não há nenhum projeto de socialismo que vingue apostando as fichas todas e valorizando

em demasia a disputa institucional. É, por isso, muito bom sinal que o crescimento da militância socialista seja acompanhado pela recuperação da importância que as questões laborais devem ter no movimento social e pela crescente organização da classe trabalhadora.

Nota:

[1] BLANC, Eric (2019). *Red State Revolt. The Teachers' Strike Wave and Working-Class Politics*. Nova Iorque: Verso, p. 75.